

FÓRUM EJA DE MATO GROSSO: CO - PARTICIPAÇÃO NA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MODALIDADE NO ESTADO.

Keila Alves de Souza
keilaalvessouza@gmail.com

Ivana Bognar
ivanabognar@hotmail.com

Categoria: Comunicação

Subtema: Políticas Públicas

Resumo

A Educação no Brasil é direito público subjetivo constitucional, portanto, dever do Estado (conforme art. 205/CF/1988), independente da localização dos sujeitos. Entretanto, a modalidade EJA - Educação de Jovens e Adultos foi por um longo período, tratada como apêndice nas escolas. Só vem sendo discutida, debatida e estudada a partir dos processos de lutas sociais organizadas, principalmente pelos movimentos sociais, em especial os Fóruns de EJA do Brasil que defendem uma prática pedagógica libertadora e emancipatória para os sujeitos da educação de jovens e adultos.

O objetivo central deste é discorrer sobre a participação da sociedade organizada na construção de políticas públicas para a modalidade EJA a partir da institucionalização do Fórum Permanente de Debates de Educação de Jovens e Adultos de Mato Grosso, FPDEJA/MT. O texto tece considerações sobre o período histórico e as circunstâncias em que surge a proposta de criação dos Fóruns de EJA diante da necessidade de mapeamento da modalidade no país com a realização da IV Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA no Brasil em 2009.

Em Mato Grosso esse processo de implantação aconteceu em 2001, foi intenso, porém aconteceu de forma colaborativa entre sociedade civil, universidades, secretarias de Estado de Educação e demais movimentos sociais. Nesse contexto, o que nos difere dos demais estados é a nossa distribuição geográfica em 18 polos regionais que compõem o FPDEJA/MT, dada a extensão do nosso estado. Para tal nossa pesquisa é pautada na constituição desses polos estado a fora, ao longo de 13 anos de história e como essa organização contribuiu para efetivação e fortalecimento das políticas públicas

para EJA em Mato Grosso, uma vez que o Fórum é um organismo social com responsabilidade de controle social e a garantia de direitos universais, iguais a todos.

Palavras – chave: Fórum de EJA – controle social – políticas públicas

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PREMISSAS DO PROCESSO HISTÓRICO E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA A EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MODALIDADE

A premissa mais significativa na direção do aprofundamento da educação de jovens e adultos, motivado pela preparação para a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteia), em 1997, inaugurou fóruns de EJA que, em menos de dez anos, ocuparam todas as unidades da Federação. Esse processo iniciou – se com o I Seminário de Educação de jovens e adultos realizado em Natal, Rio Grande do Norte em 1996, o Ministério de Educação se viu na obrigatoriedade de realizar um raio X da modalidade no país uma vez que receberíamos a VI CONFINTEA em 2009. E receber uma conferência dessa magnitude com o compromisso de debater e propor encaminhamentos que qualificassem a EJA no Brasil e no mundo, precisava antes demais nada que soubéssemos o que tínhamos de atendimento, oferta, formação profissional, currículo e programas de governo que circundassem a modalidade.

Os movimentos sociais tiveram participação primordial nesse processo de mapeamento da EJA no país, desde que foi ofertada em sua mais prematura forma até o reconhecimento como modalidade em 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB em seus artigos 37 e 38, bem como seus desdobramentos pós Declaração de Hamburgo.

Diante do exposto, em 2001, no Rio de Janeiro aconteceria o I Encontro Nacional da Educação de Jovens e Adultos - I ENEJA organizado pelos Fóruns de EJA do Brasil que começava a tomar corpo dando o primeiro passo para que todos os estados implantassem seus fóruns estaduais, pautados na Declaração de Hamburgo que em seu item 9 frisa:

“Educação básica para todos significa dar as pessoas independentemente da idade, a oportunidade de desenvolver seu potencial, coletiva ou individualmente para com os outros e com toda a sociedade. É fundamental que o reconhecimento do direito à educação continuada durante a vida seja acompanhado de medidas

que garantam as condições necessárias para o exercício desse direito” (página 22)

Em sendo, os Fóruns de EJA do Brasil ao longo de uma década se responsabilizaram em formatar discussões e manter o debate em torno das políticas públicas de EJA que garanta a esses sujeitos o direito de aprender ao longo da vida e por toda vida em todos os espaços sociais que ocupar.

Em meio a esse contexto de organização dos Fóruns Estaduais, Mato Grosso realizou em 2001 seu I Encontro Estadual que instituiria o Fórum Permanente de Debates sobre Educação de Jovens e Adultos de Mato Grosso – FPDEJA/MT, em parceria com instituições públicas, sindicatos e movimentos sociais que direta ou indiretamente “faziam” a EJA acontecer no estado. As instituições representadas naquele 08/06 foram consideradas membros fundadores do FPEDEJA/MT e aquelas que somaram depois são membros integrantes do Fórum.

O FPDEJA/MT SUA CONSTITUIÇÃO E A ARTICULAÇÃO POLÍTICA PARA A MODALIDADE

Neste momento, com a finalidade de formatar as discussões e manter vivo o debate em torno da elaboração das políticas públicas os representantes presentes ao fim da reunião ampliada que aprovaram a “Carta da Cidadania” na qual elucida a responsabilidade do Fórum de EJA para com a modalidade no Estado. Na carta temos:

- Resgate histórico da Educação de Jovens e Adultos em Mato Grosso.
- Articulação da política entre os Estados que possuem o Fórum /EJA. Papel do Fórum: consultoria e assessoramento.
- Instância de discussão coletiva permanente da escola de EJA.
- Espaço de formação continuada de professores de EJA.
- Espaço de troca de experiências.
- Construção da identidade da EJA.
- Mapeamento da Educação de Jovens e Adultos no Estado de Mato Grosso.
- Envolvimento das agências formadoras – universidades.

Cumprindo o que fora acordado na Carta da Cidadania e pautado na Lei N.º 9394/96 que prevê a Educação de Jovens e Adultos como modalidade, o estado de Mato Grosso, regulamenta a Lei Complementar N.º 49/98, amparada pelo Parecer N.º 11/2000 CNE/CEB. A partir dessas referências legais, o Conselho Estadual de Educação normatiza a modalidade, através da Resolução N.º 180/2000. Cumprindo as disposições dessa Resolução, a Secretaria de Estado de Educação, institui através da Portaria N.º 204/2000, uma Comissão Interinstitucional para elaborar um Programa de

Educação de Jovens e Adultos para o Sistema Estadual de Ensino. Com o compromisso de exercer práticas que buscassem construir uma educação de qualidade resultando em políticas públicas que valorizem o sujeito da EJA, respeitando sua sabedoria e reconhecendo-o como protagonista de seu processo de aprendizagem ao longo da vida.

Em 2002 uma Comissão Provisória foi formada com a incumbência dos encaminhamentos iniciais do Fórum, elaborando, inclusive a Minuta do Regimento. Só então que em fevereiro de 2002 foi eleita a primeira Coordenação Estadual do Fórum Permanente de Debates de Educação de Jovens e Adultos de Mato Grosso.

Esta coordenação teve com primeiro desafio iniciar o processo de articulação para implementação dos fóruns regionais, objetivando ampliar os debates considerando as especificidades de cada região do vasto território matogrossense. Essa divisão deu – se ao longo de 08 (oito) anos, distribuídos com mostra o Quadro 1:

DA IMPLANTAÇÃO		ALTERAÇÕES NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS
01	Água Boa	Em funcionamento
02	Alta Floresta	Em funcionamento
03	Baixada Cuiabana	Fórum Metropolitano do Vale do Rio Cuiabá e seu Entorno
04	Barra do Garças	Em funcionamento
05	Cáceres	Necessita ser fortalecido
06	Comodoro	Polo se reestruturando
07	Confresa	Em funcionamento
08	Jaciara	Em funcionamento
09	Juara	Em funcionamento
10	Juina	Em funcionamento
11	Matupá	Em funcionamento
12	Nova Mutum	Polo mudou para município de Diamantino
13	Nova Olímpia	Polo mudou para município de Tangará da Serra
14	Pontes de Lacerda	Necessita ser fortalecido
15	Primavera do Leste	Em funcionamento
16	Rondonópolis	Em funcionamento
17	São Felix do Araguaia	Necessita ser reestabelecido
18	Sinop	Em funcionamento

Quadro1: Fóruns Regionais de Educação de Jovens e Adultos instituídos em Mato Grosso.
Organizador: SOUZA K. A. 2014

Essas experiências vêm inscrevendo outras razões e lógicas que tensionam os poderes, porque coletivamente fundamentam e fortalecem pequenos e indispensáveis atores sociais em cena, os quais ocupam cada vez mais o lugar de interlocutores dos governos federal e estaduais. Atendendo a essa premissa a divisão geográfica dos fóruns regionais tem por compromisso,

“convocar a todos os profissionais envolvidos a buscar novos caminhos, novas possibilidades. Portanto, remete à superação do “então” ensino supletivo, segundo a perspectiva de reposição – compensação do que não foi conseguido “na idade própria”. Como direito, não há idade própria para aprender.” Carta da Cidadania, 2001

O Fórum de EJA de Mato Grosso, nesse ano 2014, completou 13 anos de história e luta pela modalidade sempre buscando aproximar as instituições envolvendo-as com educação de jovens e adultos, mobilizando novos parceiros que estejam interessados em compor os polos e agregar representantes de municípios próximos para estudos, discussões que possam apoiar os diferentes setores do Governo em suas ações educativas e formativas para que, dentro de seus contextos, mandatos e abrangências, possam alcançar o máximo de resultados, avançando para uma concepção de educação em sintonia com as diferentes realidades e com a perspectiva da valorização dos saberes populares, da humanização e da emancipação popular.

Para enriquecer esse processo de diálogo o FPDEJA/MT realiza anualmente o encontro de Coordenadores para elaborar a agenda e discutir as demandas que os Fóruns Regionais terão para o ano em suas regiões, sempre considerando os debates Regionais/CO e Nacional.

DA CO-PARTICIPAÇÃO NA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MODALIDADE NO ESTADO

Para detalhar as ações do FPDEJA/MT como co-participante na elaboração das políticas públicas do estado de Mato Grosso para a modalidade EJA, pautemos - nos em GADOTTI:

“É certo que a participação social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas vem sendo fortalecida, como prevista e reconhecida pela Constituição Cidadã de 1988. Num país com uma estrutura social injusta e tantas desigualdades, ela é absolutamente necessária. Mas ela não é só um instrumento de gestão: ela aprimora a democracia e qualifica as políticas públicas.” 2013, página 01

Em 2006 em meio às discussões do Plano Estadual de Educação, a Secretaria de Estado de Educação convoca o Fórum de EJA para colaborar na produção do documento base e na coordenação da Conferência que aprovou o referido plano, respeitando as Diretrizes Nacionais para EJA do Ministério da Educação, bem como as deliberações dos relatórios finais dos ENEJA's. Isso significou um passo importante, também, dentro da institucionalização da educação da educação de jovens e adultos na estrutura do Estado, pois foram levantadas linhas teóricas e políticas que fundamentaram as ações para a modalidade no PEE, plano este, que após diálogo propositivo também nas conferências escolares, regionais, culminando com a etapa estadual, foi encaminhado para a Assembléia Legislativa, que por sua vez abriu uma série de debates públicos que antecederam a aprovação em plenário, tendo sido transformado na Lei do Plano Estadual de Educação - PEE. Nº 8.806/2008.

Com a aprovação do Plano e a efetiva contribuição do Fórum de EJA, este passa a ser reconhecido como organismo social, com metas definidas dentro do Plano Estadual de Educação, que segue:

- **Meta 4** - Apoiar o Fórum Estadual Permanente de Debates de Educação Jovens e Adultos para que realize, anualmente, em todos os sistemas de ensino a partir da aprovação deste plano, levantamento e avaliação de experiências em alfabetização e demais etapas da educação de jovens e adultos, buscando o contínuo aperfeiçoamento dos programas públicos oferecidos.
- **Meta 5** - Garantir imediatamente após a aprovação deste plano, a participação contínua do Fórum Permanente de Debates de Educação Jovens e Adultos, nas discussões de propostas e diretrizes para EJA bem como nos processos de avaliação e acompanhamento de programas, assegurando o cumprimento das metas deste Plano.
- **Meta 6** - Publicar anualmente 02 trabalhos realizados na EJA, indicados pelo Fórum Estadual Permanente de Debates de Educação Jovens e Adultos. (PEE. Nº 8.806/2008.)

Atingir tais metas requer do FPDEJA/MT uma organização coletiva para discutir, propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos do Estado de Mato Grosso em seus encontros Estaduais onde os delegados eleitos em seus diversos segmentos nos polos regionais comprometem-se a levar as discussões para seus regionais e irradiar as discussões em suas respectivas instituições. Afim de que a sociedade se conscientize da necessidade de uma escola voltada para este público, observando o cumprimento das Diretrizes Operacionais para a Educação

Básica conforme preceitua a legislação federal e estadual.

Nesse íterim de conjuntura política, hoje, o Fórum Permanente de Debates sobre Educação de Jovens e Adultos de Mato Grosso - FPDEJA/MT é composto pelas seguintes instituições SEDUC, SINTEP, UFMT, UNEMAT, CEE/MT, SINTEP, SESI/MT CEFAPRO e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso –IFMT.

Essa articulação com as instituições agiliza e referenda as ações do FPDEJA/MT ao mesmo tempo em que o torna um parceiro nas principais decisões que estas tomam em relação à EJA. Como em 2008, a Secretaria de Estado de Educação organizou uma comissão interinstitucional composta pela Superintendência de Educação Básica, Superintendência de Recursos Humanos, Sintep, Conselho Estadual de Educação, Assessorias pedagógicas e Secretarias Municipais, o Fórum foi convidado a compor a referida comissão, esta se responsabilizaria pelo redimensionamento da oferta de EJA no Estado com o objetivo de implantação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos, os CEJAs em Mato Grosso.

A implantação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos teve e continua tendo por finalidade reconhecer as especificidades dos sujeitos EJA e dos diferentes tempos e espaços formativos. Os CEJAs oferecem formas diferenciadas de atendimento que compreenda a educação formal e informal ao longo da vida. Nessa perspectiva vimos em OLIVEIRA:

“Esse entendimento coloca novas exigências àqueles que pretendem formular propostas curriculares que possam dialogar com os saberes, valores, crenças e experiências dos educandos, considerando-os como fios presentes nas redes dos grupos sociais, das escolas/classes, dos professores e dos alunos e, portanto, relevantes para a ação pedagógica. O formalismo e a fragmentação dos saberes que vêm caracterizando a grande maioria das propostas curriculares que conhecemos poderiam, assim, ser superados.” (2007:99).

É considerando a necessidade dessa superação que a forma de atendimento nos CEJAs é organizada, sendo: 1. Matrícula por áreas de conhecimentos distribuídas em trimestres, 2. Matrícula por disciplina, 3. Plantões pedagógicos, 4. Oficinas pedagógicas. Hoje temos 26 CEJAs distribuídos nas principais cidades de Mato Grosso com vistas que esse número aumente.

Para garantir esse atendimento diferenciado e colocar o ser humano no centro de desenvolvimento exige uma abordagem multidimensional para dar conta da natureza multifacetada do bem-estar individual e social, contudo a elaboração das Orientações

Curriculares para Educação de Jovens e Adultos do Estado veio ao encontro dessa necessidade de um currículo sedimentado, rico e que atenda a expectativa do educando adulto em todas as suas dimensões: humana, social, trabalhistas, dimensão de vida e para a vida.

Este documento foi pensado e discutido com todos os profissionais da educação de jovens e adultos do Estado, que utilizaram o espaço da “Sala do Educador” para realizar estudos do texto base das OCs como é chamado o documento. E os integrantes do Fórum foram mediadores desse estudo em muitos momentos, a convite da SEDUC e dos formadores do Centro de Formação Profissional do Estado de Mato Grosso – CEFAPROS.

Para avaliar esse processo de co-participação do FPDEJA/MT na construção das políticas públicas para EJA no Estado temos em **POEL (2007:74)** *“os fins pedagógicos de qualquer atividade educacional são políticos, pois neles estão embutidas atitudes, ideias e valores que indicam uma tomada de posição diante da sociedade que se pretende manter ou construir.”* Entretanto, os avanços gestados pelo Fórum de EJA do Estado de Mato Grosso, advêm do esforço coletivo e da dedicação de seus membros contribuindo com sugestões, avaliações, cobrando posicionamento das instituições frente as proposições aprovadas nas plenárias dos encontros organizados pelo Fórum em busca efetivação das políticas públicas voltadas à Educação de Jovens e Adultos, bem como na instauração de novas ações.

Em 13 anos de história uma das grandes intervenções que o Fórum efetivou ao encontro das ações para a EJA foi o levantamento analítico dos programas, dos projetos e das ações desencadeados pelos governos municipais, estadual e federal para a EJA, dialogando entre o proposto e o efetivado por essas ações de governo, principalmente no que concerne a seus impactos no âmbito das políticas de EJA municipais e estaduais e na relação com as demandas postas para essa modalidade de ensino, a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – EJA. Em Mato Grosso o fórum foi o principal parceiro da Comissão instituída pela portaria 189/209/GS/SEDUC/MT, publicada no Diário Oficial do dia 14 de maio de 2009 nomeando os responsáveis pela elaboração da Agenda Territorial no Estado.

Em 2011, o Fórum convocou seus 18 coordenadores regionais para uma oficina na qual nos co-responsabilizamos em auxiliar a Comissão na elaboração da Agenda Territorial. Os dezoito polos regionais se comprometeram em realizar oficinas em seus encontros regionais e enviar um relatório à Comissão. A própria extensão territorial do

Estado de Mato Grosso, é uma limitação natural que dificulta o acompanhamento próximo da realidade local. Nesse sentido o auxílio dos Fóruns Regionais foi de suma importância. Igualmente, foi à participação do FPDEJA na organização I Encontro da Agenda Territorial realizado em parceria com as instituições representadas na comissão da AT e os membros do fórum.

Há de se ressaltar que embora esforços múltiplos tenham sido dispensados para que o levantamento da Agenda acontecesse e por conseqüência a elaboração do plano de ação que amenizaria as possíveis falhas encontradas na oferta, permanência e no currículo da EJA no Estado, todo esse processo está estagnado por questões de alçada política e financeira. Observa-se a urgência de uma nova organicidade a este processo, propondo a realização de um encontro para reflexão e elaboração de estratégias de ação.

Desta forma, poderá cumprir a suas atribuições e atingir o seu objetivo maior que é o de acompanhar, propor políticas públicas para a modalidade EJA, abrindo espaço para uma maior contribuição da população local.

É mister salientar que a formação continuada dos membros do FPDEJA tem por objetivo o sentido de desenvolver o poder da militância, buscando refletir, reivindicar, protagonizar, avaliar e propor política, programas, projetos e ações, como co-operadores da luta por uma Educação de Jovens e Adultos com qualidade social para realizar a gestão da política para a modalidade no estado de Mato Grosso.

PARA CONTINUAR O DIÁLOGO...

A Educação de Jovens e Adultos, constituída a partir do compromisso, do reconhecimento dos (as) sujeitos que a compõe, no processo de reconquistar a sua identidade seja do/no campo, nas prisões, nas salas de alfabetização, que tenham a escola como espaço de vida, do exercício da criatividade, capaz de gerar outro tipo de conhecimento e/ou conhecimentos por meio de uma práxis emancipatória.

Entretanto, esta não se realiza apenas pelo Estado, se reorganiza na inter-relação com o mesmo. Nesse ínterim, os movimentos sociais têm como responsabilidade promover um campo comum de reflexão e orientação de práticas coerentes com a perspectiva metodológica proposta pela Educação Popular para o conjunto de programas, projetos e políticas com origem, principalmente, na ação pública, que contemplem os diversos setores vinculados a processos educativos e formativos das políticas públicas do Governo Federal.

Isto tem sido um aprendizado para os movimentos sociais e para as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Claramente, a complexidade da conjuntura política coloca imensos desafios para a EJA, nesse momento de balanço desses 13 anos de militância do FPDEJA/MT, o que se espera é que “... *seja um novo processo de síntese em que resgatemos o sentido integrador da educação e do desenvolvimento centrado no ser humano e a sua capacidade de ir além do instrumental e do remedial, recuperando a sua vocação para facilitar transformações.*” (IRELAND:55)

De acordo com Arroyo (2004), é preciso que o Estado reconheça e assuma politicamente o conjunto de práticas educativas que vem acontecendo na EJA, impulsionadas pelos movimentos sociais, sendo responsabilidade das administrações públicas. Ao longo da história da educação encontramos uma diversidade de movimentos que por vezes se adiantaram ao público e pressionaram para que os governos reconheçam o sentido público de suas ações e as incorporem como políticas públicas. Cabe ao Estado assegurar o direito de todos enquanto dever que exige mais do que ofertas de programas e projetos, mas que expresse sentidos para uma política pública permanente, sabendo que a educação escolar é indispensável à condição cidadã.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. Por um tratamento público da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castanha e DE JESUS, Sonia Meire S. Azevedo (Orgs.). Por uma Educação do Campo: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Articulação Nacional por uma Educação do Campo: Brasília – DF, 2004.
- BRASIL. Parecer nº. 36/2001 CNE/CEB, Brasília – DF, 2001.
- _____. Resolução nº. 01/2002 CNE/CEB, Brasília - DF, 2002.
- _____. Panorama da Educação do Campo. Brasília: INEP, 2006.
- _____. Resolução nº. 02/2008 CNE/CEB, Brasília - DF, 2008.
- _____. Parecer nº. 03/2008 CNE/CEB, Brasília – DF, 2008
- _____. Decreto Presidencial nº 7532 Brasília – DF, 2011
- OLIVEIRA, I. B. de. *Currículos praticados: entre a regulação e a emancipação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- OLIVEIRA, I. B. de; PAIVA, J. *Educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1989.

GADOTTI, Moacir e José Eustáquio Romão, orgs., 1997. *Autonomia da escola: princípios e propostas*. São Paulo: Cortez, pp. 75-89.

POEL, Cornelis Joannes van der e Maria Salete. *Trajetória de uma militância educacional: do sistema freireano ao letramento sócio histórico*. São Leopoldo: Oikos João Pessoa: Ed Universitária UFPB, 2007.

UNESCO. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC; Unesco, 2001.

PAIVA, Jane; MACHADO, Maria Margarida; IRELAND, Timothy (Orgs.). Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004. Brasília: Unesco, MEC, 2004. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0013/001368/136859POR.pdf>.